



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

1 **Ata da 34º Reunião Ordinária da Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica Baía de**
2 **Guanabara realizada no dia 21 de agosto de 2014. Gravação disponível.** No dia vinte e um
3 de agosto de 2014 às 15h35min à Rua Rodrigo Silva, nº. 26, 8ª. Andar, Auditório do AMPERJ –
4 Associação do Ministério Público Estadual, Centro, Rio de Janeiro, RJ, foi dado início à 34ª
5 Reunião Ordinária da Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica Baía de Guanabara. O Diretor-
6 Geral do Comitê, Sr. Jaime Teixeira Azulay, agradeceu a presença de todos os conselheiros e
7 convidados, relacionados ao final desta ata, com a seguinte pauta: **1. Aprovação da ata da 33ª**
8 **RO de 15/05/2014; 2. Apresentação pelo Inea do andamento do Licenciamento do**
9 **descarte da Dragagem, discussão sobre a conclusão do AAI, e em conformidade com o**
10 **artigo 53 da lei 3239/1999, a contribuição do CBH-BG à construção de um pacto de**
11 **entendimento. 3. O papel do Comitê junto às ações previstas pelo Psam em**
12 **conformidade com o artigo 53 da Lei 3239/1999. 4. Ações Previstas pela Digat/ Inea na**
13 **operacionalização das Resoluções aprovadas pelo CBH-BG em função da**
14 **responsabilidade legalmente constituída no Decreto de criação do Comitê baía de**
15 **Guanabara. 5. Informe sobre o andamento da Delegatária. 6. Informe sobre andamento**
16 **das alterações do R.I. pela Ctil. 7. Aprovação do Resultado dos Fóruns Eleitorais de**
17 **Recomposição da Diretoria (Sociedade Civil e Poder Publico). 8. Desdobramento do**
18 **Planejamento Oficinas com encaminhamento da prorrogação da validade da Resolução**
19 **14 do CBH-BG. 9. Informes do Subcomitê Oeste sobre o Projeto Iguaçu. 10. O papel do**
20 **Comitê, em conformidade com a Lei 3239/1999 no Projeto Recuperação do Sistema**
21 **Lagunar de Jacarepaguá. 11. Ações resultantes das Reuniões da Secretaria com os**
22 **Coordenadores dos Subcomitês e Câmaras Técnicas, ocorridas em 30.01, 24.04 e 16.07.**
23 **12.Assuntos Gerais.** Com a palavra, o Sr. Alexandre Braga, Diretor-Secretário, solicitou a
24 inversão de pauta ficando a seguinte sequencia: itens 2, 1, 3, 9, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12 de
25 forma a que o coordenador do Projeto Iguaçu (Diram/Inea), Sr. Pedro Colaço, pudesse fazer a
26 apresentação e sair, em função de outro compromisso assumido. **2. Apresentação pelo Inea**
27 **do andamento do Licenciamento do descarte da Dragagem, discussão sobre a**
28 **conclusão do AAI, e em conformidade com o artigo 53 da lei 3239/1999, a contribuição**
29 **do CBH-BG à construção de um pacto de entendimento.** O Diretor-Secretário solicitou à
30 Sra. Rosa Formiga (Inea), que saía do recinto finda a 4ª. RE do CBH-BG, que ficasse para o
31 item 2. Informou ao Plenário, então, que esteve com a Sra. Presidente do Inea e o Chefe de
32 Gabinete da Presidência; e mencionou o envio, pela Petrobras de um volume muito grande de
33 dados de projetos e de informações ao Inea que estão sendo analisados com profundidade
34 pelos técnicos do órgão gestor visando o licenciamento ambiental. Quando terminarem esta
35 análise, o tema voltará ao Plenário do CBH-BG. Dito isso, o Diretor-Secretário agradeceu a
36 presença da Sra. Rosa Formiga, e submeteu a pauta à aprovação. Aprovada. O Diretor-
37 Secretário passou a palavra ao anfitrião, o Sr. José Alexandre Maximino Mota (Mperj), que
38 agradeceu o convite feito pelos Srs. Jaime Azulay e Alexandre Braga, e mencionou ter trazido
39 os técnicos do Gape/ Mperj esperando a apresentação sobre o produto final da AAI pelo Inea.
40 Afirmou esperar a próxima apresentação do produto final e que seja mantido o entendimento
41 de que sem a conclusão da AAI os descartes não podem ser realizados, apesar da liminar não
42 estar mais em vigor. E confiava que se chegasse a bom senso tendo o envolvimento de todos
43 os atores. Parabenizou a aprovação, pelo Comitê, da entidade delegatária, ainda que
44 provisória, pelas potencialidades que este arranjo poderá gerar, e citou a Resolução do
45 Conselho Nacional de Recursos Hídricos nº 145/2012 que estabelece as diretrizes para a
46 elaboração dos planos de recursos hídricos pelas delegatárias; e no caso do CBH-BG, desejou
47 que se pudesse ter um Plano de Recursos Hídricos atualizado, com zoneamento claro para as
48 diversas atividades existentes. Dito isto, reafirmou que precisava se ausentar e desejou uma
49 boa reunião a todos. **2. Aprovação da ata da 33ª RO de 15/05/2014.** O Diretor-Secretário

Secretaria Executiva do Comitê Baía de Guanabara

Rua Feliciano Sodré, nº 08, Centro, Niterói –RJ - CEP: 24.030-014.



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

50 submeteu a ata à aprovação. Ata aprovada sem alterações. **3. O papel do Comitê junto às**
51 **ações previstas pelo Psam em conformidade com o artigo nº 53 da Lei 3.239/1999.**
52 Informou a todos sobre a presença do Sr. Gelson Baptista Serva, Gerente executivo do Psam
53 (Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara), da SEA-
54 Secretaria de Estado do Ambiente, e passou a vez à Sra. Eloisa Torres (Copsa/Uepsam/SEA)
55 que apresentou o estado da arte da apresentação que já fizera na reunião plenária do CBH-BG
56 de 27/02/2014. Com relação aos *slides* apresentados, informou que os municípios em cor azul
57 já têm planos de saneamento aprovados, inclusive com lei municipal ou decreto do prefeito. Os
58 municípios em verde são aqueles que captaram recursos no edital do PAC do Ministério das
59 Cidades e estão elaborando seus planos, e os planos estão sendo acompanhados pelo Psam
60 no quesito participação social. Os municípios em amarelo são aqueles que também aprovaram
61 planos com recursos próprios sendo que os planos precisariam ainda ser complementados
62 para ficarem no mesmo nível técnico dos outros planos que foram realizados. Os dois
63 municípios em rosa são aqueles em que o Psam pretende elaborar o plano de maneira mais
64 eficaz e eficiente. Para esses dois municípios, tem-se a intenção de incluir os quatro
65 componentes do saneamento básico: água, esgoto, drenagem e lixo. Informou que o município
66 do Rio de Janeiro está prestes a fazer a primeira revisão de seu plano de saneamento de 2010,
67 e o Psam/SEA tem mantido contato técnico com a equipe da Rio Águas devido à inclusão da
68 bacia do Acari no município do RJ. A Sra. Flávia Lanari (Apalma), com a palavra, informou que
69 o município de Maricá, apesar de encontrar-se em branco, já tem em andamento a elaboração
70 de seu plano, com recursos próprios, através de uma empresa licitada, com prazo de entrega
71 de até um ano. O Sr. Carlos Viveiros (Clube Naval) perguntou se as iniciativas de intervenções
72 de órgãos do município e do Estado relacionadas ao esgotamento sanitário no entorno da
73 Lagoa Rodrigo de Freitas são acompanhadas e de alguma forma integradas pelo PSAM para
74 que haja uma homogeneidade em relação ao entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas e à zona
75 costeira do Rio de Janeiro. A Sra. Eloisa Torres respondeu que o Psam não está
76 acompanhando as intervenções, e sim, a estruturação do planejamento no setor de
77 saneamento básico; e que o gestor público que deve acompanhar as intervenções é a
78 Fundação Rio Águas da Prefeitura do Município do RJ. Na área da Lagoa Rodrigo de Freitas, o
79 concessionário é a Cedae, mas a Smac/Prefeitura Municipal do RJ também o monitoramento
80 da Lagoa Rodrigo de Freitas. Explicou que no programa Psam está sendo feito o apoio aos
81 municípios para o seu planejamento no setor de saneamento e a implementação de obras em
82 bacias de esgotamento previamente definidas: Alcântara, Pavuna, parte do Saracuí, e uma
83 parte da sub-bacia do Alegria. Os materiais (relatórios, apresentações, documentação
84 fotográfica) do Psam estão disponíveis no sítio <http://www.guanabaraimpa.eco.br>. Informou
85 que já procedeu à prestação de contas dos recursos do CBH-BG para elaboração de planos de
86 saneamento básico na RH-V, e enviou para o Secretário de Estado do Ambiente assinar.
87 Depois de assinado, o documento vai para Auditoria do Inea ficando, então, disponibilizada a
88 prestação de contas para o CBH-BG. E mencionou que faltam 02 planos - o de Duque de
89 Caxias e de Niterói-, que terão 04 componentes, estando o procedimento em andamento, da
90 ordem de R\$ 2 milhões para os dois municípios. E lembrou sua sugestão anteriormente feita
91 em maio passado na Oficina Estratégica de Planejamento do CBH-BG, e que foi aprovado,
92 sobre a necessidade da elaboração de novos planos de saneamento da Baía de Guanabara.
93 Com esses novos planos, finalizou, o quadro quanto ao saneamento básico ficaria completo. A
94 Sra. Maria Aparecida Resende (Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Magé)
95 reclamou que o município de Magé, sendo um dos mais pobres, tenha tido só 02 componentes,
96 e municípios mais ricos como Duque de Caxias e Niterói tenham 04 componentes. O Sr. José
97 Miguel Silva (Ecocidades) lembrou que foi formada uma Comissão do CBH-BG para
98 acompanhar este assunto para que a Plenária não tivesse que tratar de detalhes desse

Secretaria Executiva do Comitê Baía de Guanabara

Rua Feliciano Sodré, nº 08, Centro, Niterói –RJ - CEP: 24.030-014.



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

99 processo. Sugeriu que a Sra. Eloísa Torres encurtasse a sua apresentação em função dos
100 itens de pauta a serem discutidos, e conclamou à Comissão do CBH-BG – Sra. Gláucia
101 Sampaio (Inea) e Sr. Jaime Azulay (Cedae)- que trouxesse os dados ao Plenário. A Sra. Eloísa
102 Torres explicou que quanto à observação da Sra. Maria Aparecida Resende, o Psam combinou
103 com colegas da SUPS/SEA que o resto dos outros dois componentes faltantes –drenagem e
104 lixo- para os municípios de Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacú Tanguá e Rio Bonito-
105 seriam cobertos pelo Fecam- Fundo Estadual do Meio Ambiente. O Sr. Gelson Serva, com a
106 palavra, informou que o Psam está montando um portfólio de planejamento de projetos de
107 longo prazo, e outros projetos em andamento, e logo trará para o Comitê tomar conhecimento.
108 O Diretor-Secretário agradeceu a apresentação da Sra. Eloísa Torres e do Sr. Gelson Serva. O
109 Diretor-Secretário, seguindo a inversão de pauta aprovada, convidou o Sr. José Miguel Silva
110 para apresentar suas observações sobre o Projeto Iguaçu. **4. Informes do Subcomitê Oeste
111 sobre o Projeto Iguaçu.** O Sr. José Miguel Silva relatou que a proposta de intervenção física
112 ocorreu após as enchentes de 1988 na Baixada Fluminense; e que já esteve a cargo da
113 Coppe-Ufrj com o Plano de Contenção de Cheias do rio Iguaçu e Sarapuí para as prefeituras
114 executarem – e não o fizeram-, depois foi incluído no PAC I do governo federal, e agora o Sr.
115 Gelson Serva (SEA) anunciou que está dentro do Psam. Solicitou explicação do que já foi feito
116 e do que vai ser feito na bacia do rio Iguaçu-Sarapuí. Ressaltou que a decisão já foi coletiva,
117 com a participação de prefeituras e sociedade, e com a entrada do poder público estadual, as
118 prioridades não foram mais discutidas com a sociedade. O Sr. Pedro Colaço (Gerente de obras
119 da Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea) com a palavra, apresentou a equipe que o
120 acompanhava: José Batista Mendonça- Coordenador do Projeto Iguaçu na Baixada
121 Fluminense-, e Claudia Braga- responsável pelo licenciamento de todos os projetos da
122 Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea. Diferenciou o PAC, um plano do Governo Federal
123 para promover o desenvolvimento nos Estados Brasileiros em diversas áreas, inclusive na área
124 de saneamento, do Projeto Iguaçu que é um projeto de controle de inundações e recuperação
125 ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, na região da Baixada Fluminense.
126 Procedeu a um histórico sobre a retificação dos rios da região desde a década de 1950
127 mencionando, também, o processo de urbanização desordenado ocorrido sem a preocupação
128 com a ocupação do solo em áreas inundáveis. Com isso, hoje em dia a cota de arrasamento é
129 praticamente do mesmo nível do mar causando grandes prejuízos aos moradores no que antes
130 eram áreas agrícolas. Informou que o Projeto Iguaçu veio na sequência do Projeto
131 Reconstrução Rio (governo estadual com recursos do BID e CEF), este originado da grande
132 cheia de 1989 ocorrida na Baixada Fluminense, e finalizado em 1996. O Projeto Iguaçu, bem
133 maior, foi desenvolvido pela Coppe-Ufrj e pelo governo estadual para resolver o problema de
134 uma área que tem 2,5 milhões de habitantes e prevê intervenções estruturais e ações
135 institucionais de controle de inundações. Houve um período sem nenhuma intervenção, até
136 ocorreu uma cheia 11 anos depois. O Projeto Iguaçu começou a ser implantado, de fato, pela
137 Serla e pelo Inea a partir de 2007, com recursos do PAC 1- Programa de Aceleração do
138 Crescimento, do governo federal, mas também com recursos do governo estadual através do
139 Fecam. Na fase 1 do projeto, de 2007 a 2014, foram feitos: 56km de dragagem de rios,
140 5.000.000m³ de sedimentos e lixo retirados, 2500 famílias retiradas das margens de rios e de
141 áreas de risco, 344 apartamentos construídos para reassentar as famílias, 12,5 km de vias
142 marginais, 10km de ciclovias, 20km de recuperação de margens com o plantio de grama e
143 arborização, 8 parques fluviais, 2 estruturas de comportas, 1 estação de bombeamento – para
144 acelerar o escoamento de áreas cheias – e 3 pontes. O Sr. Pedro Colaço informou, também,
145 que o rio Sarapuí já foi quase todo dragado, restando apenas um pequeno trecho a ser feito. O
146 rio Botas também já foi trabalhado. O rio Sarapuí, no trecho de montante, de um lado é
147 Mesquita e do outro, Nilópolis, também foi beneficiado com dragagem e a com construção de



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAIÁ DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

148 parques fluviais, a fim de evitar a volta de ocupação humana em área inundáveis. Na descida
149 do rio Iguaçu, em Caxias, próximo da Estrada Rio-Petrópolis, há dois *bolders* que também se
150 transformarão em um parque fluvial por ser uma área alagável. Para o PAC 1 estavam
151 previstos R\$ 524 milhões, e já foram aplicados na Baixada Fluminense, através do Projeto
152 Iguaçu, R\$ 492 milhões, sendo a metade praticamente advinda do Governo Federal. Ainda não
153 foram concluídos 23 valões, o que faz com que a meta 1 não tenha sido concluída. Na fase 2,
154 também em convênio com o governo federal, haverá a utilização dos recursos do PAC 2, com
155 obras a serem iniciadas em 2015. Será feita a recuperação do *bolder* São Bento, em Duque de
156 Caxias, uma área que foi declarada de utilidade pública e proteção ambiental, uma APA. As
157 escavações já começaram e no próximo PAC serão feitos os parques fluviais. Será realizada,
158 também, a dragagem do rio Sapucaí na parte que falta, que é no trecho entre a Av. Kennedy e
159 a BR-040, o que diminuirá o nível máximo de chuvas em toda a bacia do rio Sarapuí. Também
160 o *bolder* Alberto Oliveira, outro parque fluvial, onde serão feitos a urbanização, a construção de
161 20 km de diques e 5 pontes, uma segunda estação de bombeamento e o reassentamento de
162 mais 2.500 famílias que vivem em áreas de risco pelo sistema Minha Casa Minha Vida. Há,
163 também, previsão de trabalho social e educação ambiental junto à população sob risco. O Sr.
164 Pedro Colaço informou que se for de interesse do CBH, poderia demonstrar mais
165 detalhadamente os investimentos no projeto. Relatou que ainda há uma terceira fase a ser
166 realizada, que ainda não foi negociada e com ela se completaria todo o Projeto Iguaçu. Finda
167 sua apresentação, o Sr. José Miguel Silva, com a palavra, sugeriu que o melhor lugar para se
168 falar sobre as obras do PAC na bacia Iguaçu-Sarapuí e no rio Botas é no Subcomitê Oeste,
169 que reúne a maior parte das Prefeituras que são abrangidas pelas obras do PAC. O Sr. José
170 Paulo Soares (Ufrj) agradeceu ao Sr. Pedro Colaço pela apresentação clara e objetiva sobre o
171 Projeto Iguaçu, destacando a necessidade de divulgação do trabalho realizado. **5.**
172 **Desdobramento do Planejamento das Oficinas com encaminhamento da prorrogação da**
173 **validade da Resolução nº 14/2014 do CBH-BG.** Com a palavra, o Diretor-Secretário, que
174 informou ser necessário o Plenário aprovar a ampliação do prazo das Oficinas de
175 Planejamento dos subcomitês por mais seis meses porque a Resolução do CBH-BG que
176 indicava o uso dos recursos já caducou. Aprovado pelo Plenário. **6. Informe sobre andamento**
177 **das alterações do R.I. pela Ctil.** O Diretor-Secretário informou ser necessário haver uma
178 plenária específica para modificar pontos específicos do regimento interno visando o processo
179 eleitoral vindouro. Com a palavra, o Coordenador da Ctil, Sr. Alexandre De Bonis, esclareceu
180 que no debate de revisão do R.I. empreendido pela Ctil, detectou-se um artigo, que foi mal
181 redigido no passado, que diz que os membros não podem ser reeleitos mais de uma vez, o que
182 faria com que muitos dos membros eleitos no Plenário passado, e deste biênio, não pudessem
183 ser reconduzidos no próximo mandato, o que corresponde à maioria dos membros do Comitê.
184 Explicou, então, que este artigo será regulamentado primeiro para tornar todos elegíveis, para
185 então prosseguir com a revisão dos outros artigos do regimento interno. **7. O papel do Comitê**
186 **em conformidade com a Lei 3.239/1999 no Projeto de Recuperação do Sistema Lagunar**
187 **de Jacarepaguá.** O Diretor-Secretário fez, antes, a leitura de um Ofício do Subcomitê Maricá,
188 que solicita posicionamento do CBH-BG, e tome medidas cabíveis, considerando a Lei
189 Estadual 3.239/1999 e a Lei Complementar nº 1356, em relação às atividades e obras que
190 acumulam efeitos sobre a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, especificamente sobre
191 obras no Sistema Lagunar de Maricá que estão sendo concomitantemente licenciadas sem a
192 visão dos impactos na Bacia. O Diretor-Secretário convidou, então, o Sr. Marcos Lacerda
193 Sant'anna, Coordenador do Subcomitê Jacarepaguá, a falar sobre o acompanhamento, pelo
194 subcomitê, das obras que estão sendo projetadas no sistema lagunar de Jacarepaguá. Antes
195 explicou que o Diretor-Geral solicitou por Ofício ao Secretário de Estado do Ambiente, e este
196 acatou, que o SC Jacarepaguá obtivesse uma vaga no Comitê formado para o

Secretaria Executiva do Comitê Baía de Guanabara

Rua Feliciano Sodré, nº 08, Centro, Niterói –RJ - CEP: 24.030-014.



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

acompanhamento das obras na região. O Sr. Marcos Lacerda, com a palavra, citou a relevância da região do sistema lagunar de Jacarepaguá devido aos vultosos investimentos por ser a região Olímpica da cidade. Destacando o Programa de Dragagem do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, mencionou que este contém 4 componentes voltados à revitalização do sistema lagunar: 1) a recuperação da faixa marginal com recuperação do manguezal, 2) ações de Educação Ambiental, 3) retirada de lodo; 4) impedimento da chegada do esgoto dentro das lagoas. Particularmente em relação à indefinição do local do bota-fora para despejar o material retirado, para algumas áreas identificadas no RAIS, informou que em algumas delas se perdeu a oportunidade de serem recuperadas. E isto foi um dos motivos da entrada do Ministério Público nesta questão. Desde a gestão passada do CBH-BG, o SC Jacarepaguá solicitou a constituição de uma Comissão de Acompanhamento para que o SC pudesse ser ouvido e pudesse acompanhar o andamento do projeto. Passaram-se um ano e o assunto não avançou. Recentemente, o Subcomitê, como solicitado a ele pela Diretoria do CBH-BG, enviou um Ofício com 09 nomes de membros para compor a comissão. E em uma audiência pública em 2014, promovida pela Câmara dos Vereadores do RJ, com a presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente, o Sr. Marcos Lacerda reforçou a este o pedido e este lhe informou que o SC seria convidado tendo assento com 01 (um) membro representante. Imediatamente o Sr. Marcos Lacerda solicitou ao Secretário de Estado do Ambiente que fossem pelo menos 03 os membros do SC Jacarepaguá na Comissão de forma a representar a diversidade de interesses presentes no SC Jacarepaguá em relação ao tema, no que foi registrado pelo Sr. Sandro, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Mperj), também presente à Audiência Pública. Dito isto, o Sr. Marcos Lacerda sugeriu ao CBH-BG que haja em cada Subcomitê o fortalecimento da formação de suas respectivas comissões de acompanhamento das grandes obras que estão ocorrendo na região. E que isso se torne uma prática saudável do Comitê junto ao poder público, que tem a tarefa de implementar ou autorizar as obras. Reiterou à Diretoria do CBH-BG que faça gestões políticas junto à Secretaria de Estado do Ambiente para que a Comissão de Acompanhamento tenha mais de 01 representante do SC Jacarepaguá, e concordou que não sejam necessariamente os 09 nomes enviados inicialmente no Ofício. O Diretor-Secretário agradeceu ao Sr. Marcos Lacerda e passou a palavra ao Sr. Otto Sobral, representante da Colônia Z7, e integrante do SC CLIP. Refazendo um histórico de sua ação em relação às obras de dragagem em sua região, salientou que os projetos de dragagem devem acontecer de forma participativa já que a intervenção ocorre no dia-a-dia das pessoas que trabalham e vivem na região e que terão suas vidas impactadas. **8. Aprovação do Resultado dos Fóruns Eleitorais de Recomposição da Diretoria (Sociedade Civil e Poder Público).** O Diretor-Secretário citou a necessidade de recomposição da Diretoria, que possui vagas abertas, sendo 02 do poder público. Valorizou a participação dos municípios assíduos e ressaltou a importância de haver mais municípios e usuários fazendo parte do Plenário do CBH-BG. Informou que um Fórum Eleitoral será formado para tratar desta recomposição. O Diretor-Geral com a palavra, informou que as apresentações realizadas na 4ª RE e na 34ª RO serão disponibilizadas para todos os membros. Retomando a questão da participação do Comitê em grandes obras na região hidrográfica, destacou a participação de vários atores sociais, em especial o papel do Ministério Público estadual quanto à questão da segurança jurídica. Uma integrante do Plenário lembrou que o *website* oficial do CBH-BG está sem manutenção impedindo que as apresentações sejam disponibilizadas no mesmo. O Diretor-Geral lembrou que há uma Resolução sobre o assunto a ser encaminhada pelo Inea. A Sra. Gláucia Sampaio (Inea) explicou que a questão não foi encaminhada pelo Inea devido ao assunto estar necessariamente vinculado à prestação de contas que a Uerj tem que fazer em relação ao Projeto SIG. Uma vez que a Uerj até hoje não procedeu à prestação de contas, há o impedimento no uso dos R\$ 50 mil que a Resolução do CBH-BH autorizou utilizar para a

Secretaria Executiva do Comitê Baía de Guanabara

Rua Feliciano Sodré, nº 08, Centro, Niterói –RJ - CEP: 24.030-014.



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

246 manutenção do *website*. Apesar das várias notificações já feitas à UERJ, recentemente
247 manteve contato com o Professor Eduardo, que se comprometeu a fornecer a prestação de
248 contas. Isso feito, o Inea apresentará a prestação de contas relativa ao SIG ao Plenário do
249 CBH, para obter junto a este nova autorização para uma nova descentralização orçamentária à
250 Uerj. Indagada pelo Diretor-Geral sobre o tempo que o Inea levaria, a partir do recebimento da
251 primeira prestação de contas, para repassar a segunda descentralização à Uerj; e
252 considerando a possibilidade da Diretoria do CBH poder aprovar *ad referendum* a prestação de
253 contas da primeira descentralização. Com a palavra, o Sr. José Paulo Azevedo, coordenador
254 da Ctig, mencionou que a Ctig apontou duas formas: por descentralização ou por um processo
255 de licitação. Com a palavra, o Sr. Alexandre de Bonis, coordenador da Ctil, lembrou que a
256 proposta da Ctil na época era, sendo o valor baixo, R\$50 mil, poder-se-ia fazer a dispensa de
257 licitação contemplando especificamente um escritório. E o encaminhamento da Ctil feito ao
258 Plenário do Comitê foi que quem já fazia o *website* que continuasse fazendo; só que o
259 resultado foi pior porque a UERJ não prestou contas até hoje do primeiro recurso. Informou que
260 estava conversando com a Sra. Gláucia Sampaio sobre a possibilidade de fazer uma tomada
261 de preços de 03 empresas, escolher uma dentre elas, e já contratar. O Sr. Diretor-Geral
262 lembrou que se considere a capacitação técnica da empresa, e não só o menor preço
263 oferecido. A Sra. Gláucia Sampaio informou que o Inea já elaborou o Termo de Referência
264 para a manutenção do *website* e que estava executando na linha mencionada pelo Sr.
265 Alexandre de Bonis, como havia sido orientado pela Diretoria do Comitê. Com a palavra, o Sr.
266 Marcos Lacerda lembrou que anteriormente em plenária havia solicitado que a Uerj fizesse um
267 treinamento e capacitação para uso do SIG pelo Comitê, não apenas a prestação de contas
268 orçamentária. Datas foram marcadas, mas o treinamento não foi realizado. Solicitou
269 novamente ao CBH-BG que solicite ao responsável pela construção do *website* e do SIG que
270 defina uma data e diga qual a estrutura necessária para fazer a transferência desse *know-how*
271 para os membros do Comitê. O Diretor-Geral informou que analisará esta solicitação com a
272 Geagua no contexto da prestação de contas pendente, e depois informará ao Plenário. Com a
273 palavra, a Sra. Eloísa Torres (SEA) informou que o CBH-BG cedeu ao Psam, através do Sr.
274 Jamel (Uerj), todo o imageamento da região hidrográfica, e o Psam fez capacitações. Convidou
275 a quem quiser a capacitação no Arqui-Giz a informá-la para que se tenha uma turma só de
276 membros do CBH-BG. Com a palavra, o Sr. Alexandre De Bonis destacou que o ponto
277 discutido é a manutenção do *website* do Comitê que os R\$ 50 mil cobrem; a reivindicação pelo
278 treinamento do *site* do SIG é outra coisa. Relembrou que o CBH-BH à época aproveitou o *site*
279 do SIG para instituir o *website* do Comitê, que não existia. E finalizou informando que a
280 reivindicação do Sr. Marcos Lacerda é que na renovação do SIG se faça a capacitação,
281 inclusive aproveitando o que já realizado pelo Psam. O Diretor-Geral informou que os membros
282 serão informados do oferecimento de 10 matrículas pelo PSAM para treinamento – 2 para cada
283 subcomitê- conforme ofertado pela Sra. Eloísa Torres. Com a palavra, o Sr. Nelson Reis
284 informou que foi selecionado para ir ao II ECOB e que as informações discutidas estão
285 disponíveis na página do *Facebook* do Fórum Fluminense de Bacias. Relatou as questões de
286 comunicação e mobilização como itens fundamentais a serem feitos pelos Comitês de Bacia.
287 Informou sobre a criação da página do SC Oeste no *Facebook* e que já há 97 seguidores.
288 Lembrou também da realização do XVI Encob em novembro próximo. Com a palavra o Diretor-
289 Geral informou que a Diretoria propõe que participem do XVI Encob, que ocorrerá em Maceió,
290 Alagoas, 02 membros de cada subcomitê, 01 de cada CT, e 02 da plenária, totalizando 18
291 membros; e solicitou que os coordenadores de SC e CT coordenem o envio dos nomes.
292 Sugeriu que as vagas sejam preferencialmente disponibilizadas para as organizações da
293 sociedade civil pois, em geral, o poder público e o setor privado tem recursos para enviar seus
294 representantes. O Sr. Alexandre De Bonis retrucou dizendo que a vaga é para os 03



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

295 segmentos e que municípios não necessariamente têm recursos como a empresa do setor
296 privado. Devido ao tempo-limite de ocupação do Auditório do Mperj, não foram abordados os
297 itens de pauta nº 04, 05, 11 e 12. O Diretor-Geral deu por encerrada esta reunião às 17h34,
298 tendo a presente ata sido lavrada por mim, Sandra Tosta Faillace, e será apreciada pelo
299 Diretor-Secretário; e depois de aprovada pelo Plenário do CBH-BG será assinada pelo Diretor-
300 Geral do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Sr. Jaime Azulay.

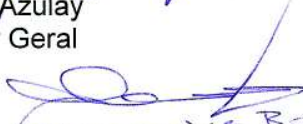
301

302

303 
304 Jaime Azulay
305 Diretor Geral

306

307


Alexandre Braga
Diretor Secretário

308 Embrapa Solos: Joyce Maria Guimarães Monteiro (titular); Fiperj Hamilton Issa Pereira (titular);
309 Inea (titular): Gláucia Freitas Sampaio, SEA: Eloísa Torres (suplente); PM Cachoeira de
310 Macacu: João Alberto Ribeiro (titular); PM Magé: Maria Aparecida de Resende (titular); PM Rio
311 de Janeiro: Alexandre De Bonis (titular); PM Niterói: Amanda Jevaux S. Silva (titular); ABES-RJ:
312 José Alfredo Sertã (titular); Instituto Walden: Beatriz de C. Penna (suplente); Ecomarapendi:
313 Vera Chevalier (suplente); Instituto Terrazul: Marcos Lacerda (titular); Amar Barra: Cláudio
314 Torres (suplente); Bicuda Ecológica: Rejany dos Santos (titular); Rede Greenbelt: Ediel Caldas
315 dos Santos (titular); UFRJ: José Paulo Soares de Azevedo (suplente); Apalma: Flávia Lanari
316 Coelho (titular); Movimento Pró-Restinga: Izidro Paes Leme (titular); Ccron: Alexandre Carlos
317 Braga (titular); UFF: Gilberto Tavares de Macedo Dias (titular); OMA Brasil: Nelson Rodrigues
318 Filho (titular); Colônia de Pescadores Z13: Pedro Marins (titular); Clube dos Caiçaras: Francisco
319 do Lago (titular); Clube Naval: Carlos Buarque Viveiros (titular); Nova Cedae: Jaime Azulay
320 (titular); Petrobrás: Eduardo Bessa (titular); Fecomércio: Vinicius Crespo (titular).

321

322 LISTA DE PRESENÇA DE CONVIDADOS

323

324 INEA: Lívio Soalheiro. PCRJ: Suzana Barros; IBRASA: André Luiz; INEA: Amanda Rodrigues;
325 Guardiões da Mata Atlântica: Eduardo Lima Filho; Nova CEDAE: Sérgio de Almeida; ABES
326 RIO: Natasha Brenner; FIPERJ: Úrsula Hallais; SEA: Gelson Serva; MPRJ/GATE: Rodrigo
327 Marra; MPRJ/GATE: Vanessa Leão; MPRJ/GATE: Simone Monnheim; UNIGRANRIO: Fátima
328 Casarim; INEA/GEAGUA: Alexandre Spindola; INEA/GEAGUA: Renata de Carvalho; INEA:
329 Rosa Formiga; INEA: Pedro Colaço; INEA: João Batista; INEA: Cláudia Braga; MPRJ: José
330 Alexandre Mota; SEA: Eloísa Torres

331

332 LISTA DE PRESENÇA COORDENADORES DE SUBCOMITÊS (não-membros do plenário):

333

334 Katia Vallado (Coordenadora do SC CLIP), José Miguel Silva (Coordenadora do SC Oeste).

335

336 **Ata aprovada na 35ª Reunião Ordinária, em 16/04/2015**